



***MANUAIS ESCOLARES SECUNDARISTAS AFRICANOS E AS NARRATIVAS  
DE SUA HISTÓRIA: TENDÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA.***

Isléia Rossler Streit<sup>1</sup>

Em tempos de amplas discussões, especialmente no Brasil sobre o ensino médio, pensar nos elementos “técnicos” que acompanham seu funcionamento é fundamental. Nesse sentido, pensar o manual escolar ou o livro didático, que aqui considero um elemento técnico, é uma ação de pleno espaço de discussão, haja vista a amplitude de seu uso e/ou as intenções proferidas pelos governos para com o seu uso.

Esta comunicação quer apresentar os resultados parciais de uma investigação em andamento sobre as narrativas, textuais e imagéticas dos manuais escolares da área das ciências humanas e sociais, ofertados aos estudantes da educação básica de Moçambique.

Assim, ao se estudar Moçambique e seus manuais de História, traz-se ao empírico discussões sobre o conhecimento histórico na versão didática que está no Sul, naquele Sul com as características peculiares que a todos importa pensar e sempre repensar. Trazendo presente as abordagens epistemológicas, chamadas por Robert Slenes de “*decentering*” (SLENES, 2010) que circundam as ciências sociais e humanas nos últimos anos pretende-se observar as narrativas destes manuais com o objetivo de identificar matrizes/tipologias de construção do saber histórico e do saber da área de ciências humanas.

A investigação ora em andamento está a discutir sobre qual/que tipo de História é estudada/veiculada nos manuais escolares ofertados aos estudantes do ensino secundário, de Moçambique. À pergunta central ramificam-se dois questionamentos paralelos e complementares: a) qual é o peso/significado das orientações políticas, por meio de políticas públicas educacionais, diretrizes e decretos, corpo editorial, que se revelam ou não nas narrativas da constituição do saber histórico e também da área de humanidades

---

<sup>1</sup> Professora no Centro de Ensino Médio Integrado – UPF e Doutoranda em Estudos Africanos no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL. Contato: [isleiastreit@yahoo.com.br](mailto:isleiastreit@yahoo.com.br)

**CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
ENSINO MÉDIO E  
EDUCAÇÃO INTEGRAL  
NA AMÉRICA LATINA**



que é ofertado à população estudantil jovem; b) qual é/quais são a matriz teórica que conduz a escrita/edição/composição dos manuais escolares adotados.

Assim, para tratar de material didático escolar, em especial do manual escolar em países com um sistema de ensino jovem, vários elementos devem ser requisitados para compor o contexto. Portanto, para falar em manual escolas iremos abordar temáticas da própria área dos Estudos Africanos. Com vistas a delimitar contribuições na área dos Estudos Africanos, encontra-se o trabalho do intelectual contemporâneo moçambicano José Castiano que nos incita a pensar o currículo neste processo. Tal pesquisador diz que é comum o uso de dois termos, cito “educação formal” e “educação tradicional” (CASTIANO, 2005, p. 2), seguindo o uso das aspas do autor. Contextualizando as designações, o autor as define como

‘educação formal’ para designar um tipo de educação que segue modelos epistemológicos, morais e estruturais da modernidade mas, por outro, também é frequente o uso do termo “educação tradicional” que procura designar modelos de educação que seguem um padrão epistemológico, ético-moral e estrutural baseado em tradições culturais dos povos locais (Castiano, 2005, p. 5).

Se há esta dualidade do currículo que se apresenta também na ideia de que se tem uma estrutura dual e paralela em África, aparente nos saberes, práticas e valores ora contraditórios, em conflito, não articulados ou até mesmo incompatíveis entre si; há também e por outro lado a identificação da formação de um espaço “neutro/novo” de formação social. Agora na defesa de Castiano (2005), que se fortalece com os escritos de Hountondji (2002), forma-se um espaço em que dá-se a interação e a institucionalização dos dois mundos: o currículo é o aparato institucional e ativo em que a barreira dos silêncios dos dois mundos pode ser rompida e a construção de um novo pode se operacionalizar (CASTIANO, 2005).

Castiano, com seu aporte em Hountondji, afirma também sobre a lógica da produção do conhecimento que se dá na mesma dimensão da produção do capital da lógica utilizada por Shamir Amim, por exemplo. Quanto ao conhecimento que aqui nos interessa mapear diz o pesquisador que “os países da periferia se transformaram em reservatórios de produção de dados empíricos cujo tratamento teórico e científico é posteriormente feito nos laboratórios e centros de pesquisas ou universidades dos países

**CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
ENSINO MÉDIO E  
EDUCAÇÃO INTEGRAL  
NA AMÉRICA LATINA**



desenvolvidos”. A descolonização não conseguiu mudar esta lógica. Na divisão internacional da produção científica, as metrópoles parecem ser os teorizadores e inventores enquanto que os países africanos são um grande reservatório de factos e lugar de experiências para testar os resultados das invenções e teorias (CASTIANO, 2005, p. 3).

Tais afirmações são recorrentes nas mais variadas discussões sobre educação dos países latinos, de um modo geral, e também em países africanos, com maior ênfase em face ao processo histórico da independência tardia vinculada à necessidade das rearticulações administrativas em que se encontra dentre elas a esfera da educação.

Com a independência de Moçambique, no processo de construção do Estado está a formação do sistema de ensino que será gestado em meio a várias ações, incertezas e dificuldades tanto técnicas quanto estruturais e intelectuais. Talvez, para o período cronológico dos anos do chamado período de transição, a única certeza que se tinha era a necessidade de tudo construir. Para Lange (2005), o período de 1975 à 1982 constitui a fase embrionária na produção e elaboração dos manuais escolares em Moçambique, assim como é a fase da construção do perfil do “Homem Novo”, homem moçambicano com a presença de um negacionismo de tudo o que se aprendeu até aquele momento.

Cabe lembrar, num histórico rápido, das decisões tomadas pelo governo quanto a educação moçambicana. Num primeiro momento, como um todo, a ação governamental adotada em 1976 foi de nacionalizar a educação. Neste sentido, por meio de seminários e congressos foi se configurando o sistema nacional de educação consolidado em 1983 com a Lei n.º 04/1983, de março de 1983.

Nesse processo, iremos destacar aqui apenas as ações que se relacionam com o tópico do manual escolar de História. Sendo assim é sabido que no primeiro momento não haviam manuais e o que se utilizava como suporte às aulas de História era um conjunto de textos elaborados pelos próprios professores agrupados nas áreas do conhecimento. Estes textos deveriam, por ventura, ser elaborados conforme algumas posturas preconizadas nas orientações para o sistema de ensino que estava a se montar. (GOMES 1999). Portanto, mesmo que não esteja a se configurar ainda como um manual escolar, houve um material de acesso aos estudantes para o ensino de História.

Neste sentido, o material no formato de um texto intitulado “As massas fazem a História” concebido para a 6ª classe surgiu no ano de 1977, após o *I Seminário da Beira*

**CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
ENSINO MÉDIO E  
EDUCAÇÃO INTEGRAL  
NA AMÉRICA LATINA**



de 1975 e a *Reunião de Ribaué* de 1976. Em seguida, no ano de 1978, surge o primeiro manual de fato, para a 5ª e 6ª classe, intitulado “África, das origens ao século XV” (JAMAL, 2019, p. 50). Apenas para realizar alguma associação já aqui de imediato no sentido da contextualização do título do referido material de ensinar História naquela altura, em termos legais/legislativos, para disciplina de História estava preconizado o seguinte: “a formação política e ideológica dos alunos, a introdução da disciplina de História de Moçambique em 1975 e com caráter obrigatório em todas as classes (...) constituíram as primeiras medidas para a consecução dos objetivos preconizados” (MAXIMIANO & ASSIS, 1991, p. 158 Apud JAMAL, 2019, p. 50). E ainda, para o ministério da educação, o objetivo central do ensino da disciplina de História era de “levar os alunos a compreender o papel fundamental das massas no processo de transformação da sociedade” (MEC, 1977, idem, s/p).

Após esse primeiro, pequeno e rápido olhar, está a participar da abordagem desta comunicação a própria concepção de conhecimento histórico e de ciência histórica, bem como os conceitos, teorias e metodologias da área de ciências humanas. Está-se a considerar que a História, enquanto ciência, disciplina e campo do conhecimento se encontra imersa em constante embate sobre sua relevância e função no quadro das ciências humanas, elemento fundamental para a sua própria manutenção. Neste sentido, o surgimento dos cenários africanos enquanto espaços que incitam para si narrativas históricas, incitam também a “nova” escrita ou o reparo destas matrizes existentes. São processos de mudança no ensino da História que, ao acompanhar as expectativas legislativas requerem ou em processo contrário, sugerem sempre novos olhares, sejam técnicos ou teóricos. O novo ensino médio para a educação brasileira, pensado na perspectiva integral irá absorver as mudanças teóricas já a muito discutidas pela historiografia como um todo e os estudos africanos canalizam diretamente as mudanças necessárias.

**Palavras-chave:** manual escolar; Moçambique; historiografia.

## REFERÊNCIAS

CASTIANO, J.P. O Currículo Local como Espaço de Coexistência Discursos: Estudo de casos nos Distritos de Bárue, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio – Moçambique.

**CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
ENSINO MÉDIO E  
EDUCAÇÃO INTEGRAL  
NA AMÉRICA LATINA**



**Revista E-Curriculum**, *I*(1), 2005. Disponível em:  
<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=76610103>. Acesso em jan/2020.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, (23), 75-85, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000200006>. Acesso em jan/2020.

JAMAL, C. M. Representações do colonialismo nos manuais escolares de História do ciclo do Ensino Secundário Geral no período pós-independência em Moçambique. (Tese em Estudos Culturais). Universidade do Minho. 2019.

SLENES, R. W. A importância da África das Ciências Humanas. **História Social**, 2(12), 19-32. 2010.